

O precário equilíbrio entre improvisação e regras:

Wilson Trajano Filho

Universidade de Brasília

RESUMO: A tensão entre o balizamento das regras sociais e a criatividade da improvisação numa situação social caracterizada por instabilidade política extrema, estagnação econômica e crise generalizada das instituições sociais é o tema desse trabalho. A situação etnográfica estudada é a da Guiné-Bissau em 2007. O foco são os esquemas de percepção da experiência cotidiana. Os dados trabalhados são majoritariamente rumores que realizam a crônica da vida social. A questão central sobre a qual reflito é o que acontece a partir do momento em que o precário equilíbrio entre improvisação e regras é perturbado dramaticamente, quando, por exemplo, a improvisação toma o lugar das regras. O que sucede à sociedade e a seus membros quando essa tensão constitutiva da dinâmica social se dissolve no ar?

PALAVRAS-CHAVE: regras sociais, improvisação, rumores, Guiné-Bissau.

Esse texto é uma versão desestremada pela mediação do tempo e do pensamento das primeiras impressões de uma viagem de retorno à Guiné-Bissau, depois de quinze anos de ausência. O tema é o estado de colapso da vida social no país. Estagnação econômica e instabilidade política permanente são as faces mais visíveis desse estado de coisas, mas o esgotamento da sociedade parece ir além da crise das instituições oficiais da vida pública, tingindo com suas cores sombrias os esquemas de percep-

ção e experiência da vida social, as narrativas que enquadram a memória histórica dos mais velhos e as expectativas para o futuro dos jovens e até mesmo as enraizadas formas de solidariedade que garantem a coesão de grupos primários como a família crioula. Porém, o que mais merece ponderação é saber se os casos que conto aqui são ou não ilustrações pontuais de uma crise social que parece ter pouca ou nenhuma produtividade, isto é, cujo destino mais provável não é o da transformação fecunda, mas o da reprodução da violência e do mesmo.

Regras e improvisação na teoria social

Com a publicação em 1922 de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, Malinowski estabeleceu uma agenda duradoura para a pesquisa e para a escrita antropológica – uma agenda, é bom que se diga, permeada por uma tensão interna que tem se reproduzido ao longo do tempo. Desde então, muito do nosso fazer tem sido marcado pela clivagem entre os que se inclinam para o tratamento da ossatura do social e os que preferem lidar com a carne e o sangue da vida coletiva. Esta é uma história muito conhecida, cuja conclusão mais bem acabada ainda parece ser a de que o conhecimento holista da sociedade e da cultura é sempre uma quimera. No auge da Escola Britânica de Antropologia Social o pêndulo analítico se movimentou em direção ao pólo dos ossos, com os detalhados estudos etnográficos sobre a estrutura social das sociedades tribais, especialmente em África. Nesses trabalhos, a grande preocupação era mostrar como as instituições e as regras sociais operam para manter a sociedade em equilíbrio. É verdade que alguns antropólogos sociais do período (Firth, 1951 e Leach, 1954 são exemplos) estavam, por assim dizer, remando contra a correnteza, insistindo na idéia de que a antropologia devia se livrar da repetitiva obsessão com a morfologia social e

com o equilíbrio das estruturas e olhar com mais interesse e cuidado para o que as pessoas fazem, de fato, na vida diária – o imponderável e o contingente dos quais nos falava Malinowski. Sem abandonar totalmente o foco na estabilidade do sistema social, eles argumentavam que a vida em sociedade é uma coisa complexa na qual permanência, integração e equilíbrio estão sempre misturados com mudança, conflito e instabilidade.

No fim dos anos 50, o paradigma estrutural-funcional se mostrava exaurido por uma variedade de razões, mas principalmente porque as formações sociais que antes haviam sido retratadas como sociedades tribais estavam então aspirando tornar-se parte integral de sociedades nacionais, constituindo-se em estados nações independentes. Nesse tempo de profundas transformações políticas e sociais, o foco da antropologia mudou da estrutura para o processo e velhas palavras-chaves, tais como regras sociais, conduta (orientada pelas regras), instituição, linhagens e outros tipos de agrupamentos corporados, foram gradativamente substituídas por uma nova paisagem conceitual, em que entravam em cena termos como estratégia individual, transação, tomada de decisão, mudança, conflito, redes sociais, entre outros.¹

Esse ciclo de alguma forma se completou no final dos anos 70, com o crescente interesse de sociólogos e antropólogos pela prática (Bourdieu, 1977; 1992), relação entre estrutura e história (Sahlins, 1985) e agência (Giddens, 1979; 1984). Esse novo corpo de teoria consiste, em última instância, de tentativas conceitualmente muito diferenciadas de mostrar que as ações individuais concretas não devem ser compreendidas como uma atualização absoluta e plena das regras sociais que pairam sobre a cabeça das pessoas nem como o produto irrevogável de fatores estruturais de natureza sincrônica. Por meio de conceitos como *habitus*, consciência prática, estrutura da conjuntura e agência, a teoria da prática busca iluminar aqueles recantos tão visitados da vida social em que

predominam a negociação, os movimentos estratégicos, o cálculo e as tomadas de decisão *ad hoc*, com ou sem a mediação da reflexividade dos sujeitos. Os teóricos da prática argumentam que os agentes sociais são dotados de uma maestria prática que os capacita a tomar parte ativa no jogo de interagir com os outros. Na maior parte do tempo, eles conhecem muito bem o papel e o texto que lhes cabem e, em vez de serem conduzidos por um repertório de regras abstratas, são orientados por moldes cognitivos de natureza muito geral, por disposições incorporadas, afetos e esquemas de percepção que os permite seguir em frente, com uma inventividade relativamente irrestrita (Ortner, 1984), navegando no pantanoso terreno das relações sociais.

O trabalho desses teóricos da prática foi objeto de uma recepção positiva, mas crítica e ambivalente. Muitos comentadores argumentam que, tal como formulada e praticada por Bourdieu e Giddens, a teoria da prática não foi capaz de superar e dissolver a ontologia dualista que opõe o domínio das regras objetivas e das estruturas sociais ao das ações individuais subjetivas, e que os melhores esforços desses autores levam, quando muito, a uma espécie de retirada estratégica ou a um retorno mal disfarçado ao objetivismo e determinismo estrutural (de Certeau, 1988; Jenkins, 1993; King, 2000). Apesar de todo o debate crítico que a teoria da prática suscitou nesses últimos trinta anos, os esforços de seus principais proponentes têm uma vantagem básica: a de não jogar o bebê fora junto com a água suja do banho. Elas reconhecem que a estrutura sozinha não consegue dar conta do enorme trabalho de explicar a complexidade da vida social e fazem isto sem recorrer ao abrigo fácil e sedutor do campo protegido das abordagens do individualismo metodológico em que reina uma espécie de super-voluntarismo, onde a maioria dos agentes vive uma adolescência existencial obcecada com a procura por identidades.² Giddens e Bourdieu, cada um a seu modo, elaboraram ferramentas conceituais que nos ajudam a reconhecer e compre-

der o domínio das práticas, caracterizado por incertezas, encrespamento e falta de nitidez, onde encontramos sempre uma complexa interação entre estruturas e agência, entre regras e estratégias práticas, sempre mediada por disposições incorporadas duráveis como o *habitus* (Bourdieu, 1977, p. 78-84).

Na obra desses autores, somos apresentados à tensão entre estrutura e agência que é, em última instância, a fonte da dinâmica social e da transformação. Toda sociedade, em qualquer ponto do tempo, é uma entidade cambiante em que as forças das estruturas objetivas e os movimentos incertos das práticas operam simultaneamente. A vida social é então um processo no qual os agentes sociais interagem uns com os outros fazendo uso tanto das regras objetivas da sociedade, inscritas em nossos corpos e mentes, como das habilidades criativas de improvisação que emergem das negociações intersubjetivas dos agentes sociais e do sentimento de maestria do sentido prático dos jogos interativos.

As questões que quero encaminhar após essa breve discussão são: o que acontece quando este precário equilíbrio é perturbado dramaticamente, quando, por exemplo, a improvisação toma o lugar das regras?; o que sucede à sociedade e a seus membros quando essa tensão constitutiva da dinâmica social se dissolve no ar? É sobre isto que me debruço a seguir.

Impressões de viagem

Eu retornei a Guiné-Bissau em 2007, depois de uma ausência de quinze anos. Esperava encontrar um misto de mudança e permanência, e, como esperava, foi isto que meus olhos viram de imediato. Bissau tinha crescido muito desde que deixei o país em 1992, mas a sua parte mais urbanizada, que é chamada *praça*, estava muito decadente. Os antigos e

belos edifícios coloniais tinham sido quase todos abandonados por seus donos. A maioria deles vivia no estrangeiro, completamente indiferentes ao estado de abandono de suas propriedades. Os que permaneciam na cidade não tinham recursos para renová-los ou tinham outros e mais lucrativos interesses a perseguir com o seu dinheiro. Por outro lado, fiquei muito impressionado com a cara nova adquirida pela zona conhecida como a feira do Bandim. O ajuntamento caótico de tendas e barracas dispostas ao longo de becos estreitos e sujos, precariamente protegidas por coberturas de zinco, plástico, cimento ou palha, onde as pessoas podiam comprar quase tudo, deu lugar a edifícios de concreto pré-moldado alinhados ao longo das estradas que levam a *Bor* e ao aeroporto, sempre congestionadas por um sem número de gente e veículos de toda ordem e estado de conservação. Esses prédios abrigavam, em sua maioria, lojas mistas que vendem produtos a grosso e a granel. São propriedades de comerciantes oriundos do leste do país, de famílias libanesas que fugiram das guerras na Serra Leoa e na Libéria, ou de comerciantes recém-chegados do Senegal, Mauritânia e China. Mas também logo descobri que, entre essas estradas, o antigo caos ainda persistia. Nessa parte mais adensada da feira, ambulantes e mulheres pepéis vendiam biscoitos, amendoim, peixes, roupas e panos, cerâmica, ferramentas e uma miríade de quinquilharias às dezenas de milhares de pessoas que visitam o mercado diariamente (cf. Aguilar, Monteiro & Duarte, 2001).

Contei do desapontamento causado pelo estado lastimável da *praça* aos meus velhos conhecidos que, em resposta, responsabilizaram os políticos guineenses e a guerra ocorrida em 1998-1999 em Bissau. O mais interessante dessas respostas era como nelas se retratava a guerra, que nada tinha a ver nem com ações militares em que os soldados lutam corajosa e heroicamente para conquistar posições inimigas, nem com os movimentos cuidadosamente calculados dos atores políticos. Ela também não era pintada com as cores dramáticas de uma luta em nome de

valores como pátria, religião ou democracia, que para muitos de nós são fundamentais. A maioria das pessoas com quem conversei sobre os acontecimentos de 1998-1999 (muitos deles permaneceram em Bissau durante a luta) caricaturavam o evento como uma longa luta entre irmãos que era diariamente interrompida porque as partes beligerantes precisavam de um intervalo sem luta para conversar uns com os outros, compartilhar comida e munições. Não vou me alongar mais sobre a percepção local do conflito, pois Henrich Vigh (2006) já o fez com uma boa dose de detalhes num livro recente. O que quero destacar aqui é que a guerra de Bissau foi percebida pelos habitantes da cidade como um marcador temporal com conseqüências radicais para os contornos da vida social que a ela se seguiu: um momento em que as coisas ficam fora de controle e as pessoas não são mais capazes de imaginar e conjecturar as suas ações e as dos outros. Vista dessa forma, ela fornece aos guineenses um marco significativo que separa o passado pós-colonial, que começou com a independência do país em 1974, do presente pós-colonial.

Segundo muitos guineenses, de camadas sociais variadas, a vida em Bissau tem sido um tempo de profunda incerteza desde que a guerra começou. Para o seu desespero, o fim da luta e a deposição do Presidente Nino Vieira não fez com que a vida retornasse ao seu velho curso. A instabilidade continuou a colorir a vida política da nação mesmo depois do acordo de paz entre as partes em luta. O período de transição antes da eleição de Kumba Yala em 2000, seu conflituoso termo no poder (com o assassinato de Ansumane Mane e outros membros da antiga *Junta Militar* que depôs Nino Vieira), a crise militar que acabou por removê-lo do poder e a surpreendente eleição de Nino Vieira em 2006, com todas as disputas e clivagens que desde então ocorrem, têm sido um tempo caracterizado por entranhados conflitos entre atores políticos mesquinhos que desesperadamente disputam um pequeno naco de influência e poder político. Nessas circunstâncias, a maquinaria do esta-

do literalmente pára de trabalhar: as cadeias de tomadas de decisão são quebradas na medida em que as disputas entre os altos funcionários se difundem para os baixos escalões da burocracia e a rotina administrativa se evapora em meio a infundáveis querelas sobre o acesso a prestígio, influência e recursos. O sentido de tudo isso é o colapso das instituições do Estado e do sistema político, que são incapazes de inculcar valores em seus membros, e a ausência de regras gerais que orienta a conduta das pessoas.

O acentuado declínio econômico devido ao desenvolvimento pífio das forças produtivas, às precárias condições da infra-estrutura e à desconfiança dos doadores e financiadores internacionais, é apenas um complicador extra a contribuir para o estado quase caótico da vida pública da Guiné-Bissau. Este é um dos poucos fatores de consenso sobre o país, em que muita tinta já foi gasta por sociólogos, cientistas políticos e economistas, não havendo, portanto, necessidade de me alongar mais sobre tal ponto.³

O que me impressionou como uma novidade medonha foi o fato de que esse estado objetivo de fracasso não se restringia às instituições do Estado ou mesmo à dimensão oficial da vida pública: as cortes de justiça, sindicatos, associações comerciais e culturais, bancos, ONGs e outras. O esgotamento tornou-se parte essencial do modo pelo qual as pessoas percebem e vivenciam o mundo social. E por percepção e vivência eu não quero me referir aos tão conhecidos impulsos pessimistas, mas inofensivos, da cultura crioula, cristalizados em expressões verbais como *jitu ka tene* (não tem jeito) e *no na jubi!* (veremos!). Pelo contrário, quero apontar para uma coisa mais extremada que alcança a organização da experiência da vida cotidiana, dando forma às percepções que as pessoas têm de suas ações e das dos outros. Trata-se de algo diferente da desconfiança nos velhos valores e regras sociais e pouco ou nada tem a ver com as crenças (ou descrenças) compartilhadas. Tem mais

a ver com a certeza fundada no conhecimento prático e no entendimento tácito de que o mundo social (ao menos o mundo social guineense) está em colapso, que não é mais governado por regras gerais e que, por isso, as pessoas precisam agir criativamente, encontrar atalhos e improvisar para se desembaraçar das dificuldades e obstáculos. Mais uma vez insisto: não se trata de um atributo objetivo da vida social guineense, mas, antes, de um modo de vivenciá-la; não se refere exclusivamente a um domínio do mundo da experiência, embora possa ser mais facilmente apreendido nas esferas associadas ao poder, prestígio e influência, isto é, naquilo que convencionalmente chamamos de cultura política.

Colapso das regras nos rumores

Encontrei evidências dessa experiência com o esgotamento e com o colapso em vários níveis da vida social, mas o mais conspícuo é o sistema de rumores que cria a comunidade imaginada guineense, de alguma forma análoga à nação de Benedict Anderson (1983). As façanhas dos poderosos e notáveis são um dos tópicos prediletos dos rumores crioulos (cf. Trajano Filho, 1998; 2002). De modo geral, eles retratam as ações dessas pessoas como algo fora do lugar e que não se conforma às regras. É comum ouvir histórias sobre as relações entre os poderosos e os lugares associados ao poder como o palácio presidencial e os edifícios que abrigam as instituições do estado como os Ministérios e a Assembléia da República.

No início dos anos 90 ouvi várias vezes rumores que mencionavam o hábito do Presidente Nino de comer carne humana crua no palácio, onde ele mantinha um cômodo especial para assassinar as vítimas de sua glutonia. Uma versão mais tardia dessas histórias entra nos pormenores de como ele cortou pessoalmente os testículos do general Tagme

na Way e o comeu ainda sangrando. Lembro que esse general é atualmente o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no governo encabeçado pelo próprio Nino e, no passado, um militar de alta patente que com o presidente se rivalizava. Ainda mais elaborados são os rumores que descrevem as pobres maneiras do Presidente Kumba Yala e de seu corpo de guarda costas. Eles contam que Kumba não se sentava à mesa durante as refeições e que costumava comer com as mãos, equiparando-o ao mais comum dos camponeses ou ao mais pobre dos habitantes da periferia de Bissau. Além disso, ele e seus guarda-costas jogavam as cinzas e as bitucas dos cigarros no chão do palácio e urinavam e defecavam nas paredes e nos cantos de todo o edifício. Depois que foi deposto, as pessoas contam com um misto de desprezo e vergonha que o prédio presidencial tinha um forte odor de fezes e urina. Outros rumores relatam as condições do mesmo edifício depois da deposição de Nino em 2000 e nos informa que havia cabras, porcos e vacas pastando no quintal, o que tornava o lugar mais parecido com uma casa pepel do que com um prédio onde o presidente vive e trabalha. Volta e meia, Nino matava ou mandava matar um desses animais, que eram consumidos em festas de arromba. Porém, realçam as mesmas histórias, havia sempre um bode branco que era tratado como se fosse uma pessoa importante, porque protegia o presidente contra os ataques místicos de seus muitos inimigos.

Os mal-feitos de outras pessoas influentes também são narrados pelos rumores crioulos. Em muitos deles, o cenário da ação é um prédio público, onde esse tipo de conduta não deveria acontecer. Uma vez ouvi a história do antigo diretor dos serviços florestais do Ministério dos Recursos Naturais. Ele é retratado como uma pessoa muito bem educada, que havia estudado na Europa. De volta à Guiné, ele se tornou um funcionário público honesto e bem intencionado, muito preocupado com a situação da vegetação dos *cibes* no sul do país e com o modo como essa

espécie era cortada e usada pelos militares. Interessado em proteger esse recurso natural, ele sugeriu ao exército um meio menos ofensivo de cortá-lo. Mas as medidas propostas afetavam os militares acostumados a vender os *cibes* para a cobertura de casas, com isto obtendo uma fonte extra de renda que remediava os baixos soldos que recebiam com muito atraso. Uma vez comunicado sobre essas medidas, o Comandante do Estado-Maior das Forças Armadas, general Tagme na Way, ficou fora de si. Esse chefe militar é representado na narrativa como uma pessoa violenta e analfabeta que raramente fala, porque sua voz ficou muito aguda desde que teve os testículos cortados pelo Presidente Nino Vieira. O general então, conta o rumor, convocou o Ministro dos Recursos Naturais e o diretor das florestas para um encontro no ministério. Veio acompanhado de uns brutamontes que lhe serviam de guarda-costas. Entrando na sala de conferências, ele esbofeteou o diretor e, num acesso de raiva, lhe chamou de filho da puta e disse que sua mãe tinha dormido com dezenas de soldados portugueses nos quartéis e nas enlameadas trincheiras do *front* militar. Assim ela teria obtido o dinheiro para mandá-lo estudar na Europa. Então, encarou o ministro e ordenou que o diretor fosse sumariamente demitido, no que foi prontamente atendido.

Para os meus informantes crioulos, o palácio presidencial não é uma casa camponesa, onde a família vive e cria seus animais. Eles não esperam que seus ocupantes urinem, defequem e joguem cinzas e bitucas de cigarros no seu chão, muito menos que tenham cômodos para matar e comer carne humana. Idealmente, as salas de conferência de qualquer ministério são lugares para discussões técnicas e políticas, e não espaços para abusos físicos e verbais. A idéia central engatilhada por esses rumores é a de que há muitas coisas fora de lugar na Guiné-Bissau. E o próprio ato de contá-los (com cores e representações excessivamente dramáticas) faz com que quem conta e quem ouve pensem sobre as ações que não se conformam com as regras e tenham, graças às performances

por meio das quais os rumores circulam, uma experiência dramática com elas. A elevada posição social dos notáveis que protagonizam essas histórias contribui para que suas condutas sejam tomadas como o modo exemplar de manifestação do poder para as pessoas comuns que difundem os rumores. Os guineenses são postos então frente a uma situação muito complicada na qual a ação dos poderosos põe as coisas fora do lugar, não se conformando assim com regras gerais e anteriores. Se os líderes da sociedade agem dessa forma e, talvez, por isso mesmo, sejam notáveis, porque a gente comum não deveria agir assim também?

Os rumores que estão em plena circulação tendem a comentar somente acontecimentos do presente ou de um passado muito recente. Raros são os que sobrevivem ao fluir das coisas. E mesmo estes poucos, têm sua vida mantida na memória das pessoas e nunca em circulação plena e dramatizada. Na qualidade de rumor, eles são usados geralmente como uma forma retórica de conferir autenticidade ou veracidade a rumores que estão em plena circulação. Portanto, o poder comunicativo e a capacidade de convencimento dessas histórias são diretamente proporcionais à contemporaneidade dos eventos neles narrados. Por isso a proliferação e a onipresença dessa forma narrativa aprisionada pelo conjuntural podem induzir o observador externo e as pessoas envolvidas em sua circulação a concluir que os rumores carecem de crise para crescer, que eles só são eficientes em tempos de incerteza e de ambigüidade.⁴ Podem ainda levar a uma segunda ilusão: a de que a crise é sintoma de mudança.

Durante o trabalho de campo que fiz na Guiné em 1987-1988 e 1992 pude coletar uma imensa quantidade de rumores que tinham a mesma estrutura narrativa e o mesmo enredo básico. Tematizavam a ação dos poderosos que punham as coisas fora de lugar, quase sempre pela via do excesso – de poder, de apetite, de exibicionismo. O significado dessa continuidade de 20 anos está fora do escopo do presente ensaio.

Quero reter aqui apenas o fato concreto de que os mesmos enredos e a mesma estrutura narrativa têm sido usados há muito tempo, o que me faz provisoriamente excluir a sugestão de uma associação entre rumor e mudança.

O colapso da solidariedade familiar

A crise da solidariedade familiar e da economia dos afetos (Vigh, 2006, p. 106) é uma outra área onde se encontram evidências do colapso das regras. Quase-rumores, boatos e a observação direta são as minhas principais fontes de informações a esse respeito. Alguns breves exemplos para ilustrar.

Várias foram as histórias que ouvi sobre a crise política que levou à demissão em 2006 do primeiro-ministro Carlos Gomes Jr. (Cadogo) e culminou com a tentativa do presidente de prendê-lo – frustrada pelo fato dele ter buscado refúgio numa missão diplomática. As relações entre o primeiro-ministro, um dos mais ricos empresários da Guiné, e o presidente Nino são antigas e compreendidas como laços de estreita amizade. Esses laços são descritos em muitos rumores como os que unem os membros de uma mesma *manjua* (classe de idade), envolvida em atividades criticáveis. O provável envolvimento de Cadogo na expropriação de alguns imóveis do presidente, depois de ele ter sido deposto, é colocado no centro das explicações sobre o conflito. A rádio boca-a-boca dos rumores diz que uma vez de volta ao poder, Nino Vieira queria se vingar de Cadogo, provocando sua demissão e arquitetando sua prisão e provável assassinato. O interessante dessas histórias é que elas deixam completamente de lado os conflitos políticos institucionais entre os partidos e os cargos de primeiro-ministro e de presidente e narram com dramaticidade uma intriga entre membros de uma mesma gangue que

esqueceram a solidariedade que um dia os uniu. E assim, o campo da política institucional passa a ser visto como uma arena de relações interpessoais fundada numa economia dos afetos (da amizade, parentesco e camaradagem) que pode ou não estar em crise. Mais interessante ainda é o fato de muitas dessas histórias enfatizarem o fato de Carlos Gomes (pai) continuar sendo membro do Conselho de Estado da Presidência e um dos conselheiros mais prestigiados pelo presidente, mesmo depois da queda de seu filho. Assim elas contam, com uma pitada de ironia, coisas como a possível quebra da solidariedade familiar, as implícitas tensões existentes na relação entre pai e filho e as estratégias criativas dos grupos para se reproduzirem nas posições de poder e influência.⁵

Ainda sobre o colapso da solidariedade familiar e o abuso de poder, acompanhei diretamente o caso de um procurador da Justiça Militar que estava furioso com um primo a quem emprestara dinheiro (de origem muito duvidosa) e de quem não recebera o pagamento no devido tempo acordado. O devedor chegara a oferecer algumas propriedades familiares como pagamento, mas o procurador decidira matá-lo, pois, segundo ele, o primo traía um parente e a morte era a única punição aceitável. Tudo isto era dito repetidamente, em voz sempre muito alta, pelo procurador alcoolizado nos bares freqüentados pela elite crioula de Bissau, numa mostra clara de que o exibicionismo obrigatório para quem ocupa posições de poder é mais apropriado como forma de conduta do que a acomodação e a manutenção da solidariedade familiar. Entre as regras da solidariedade que une os parentes, o jogo prático de acomodar eventuais quebras de conduta e o exibicionismo improvisado, o procurador não hesitava: preferia passar as noites comunicando a intenção de uma violência projetada contra o primo devedor para uma audiência diversificada e nem sempre engajada numa interação focada com ele. No contexto em que exibia seu poder, sua capacidade de produzir violência e sua estética do excesso, o procurador não parecia estar preocu-

pado em punir de fato o que reputava ser uma má conduta do primo. Na realidade, assisti a suas performances durante alguns meses e, segundo conhecidos comuns, ela as encenava por mais de um ano. E o primo mal pagador? Este continuava a circular pela cidade sem que nada lhe acontecesse.

Além da elite crioula, na periferia de Bissau, entre os recém-chegados ao universo crioulo, a economia dos afetos também era vivenciada como estando em colapso. Durante a guerra de Bissau que, insisto, é vista como um conflito no interior da família, não foram poucos os casos em que irmãos (na maioria das vezes, meio-irmãos) se colocaram em lados diferentes dos conflitos. Em geral, os mais jovens eram recrutados para a milícia chamada *Agüentas*, que apoiava o presidente que acabou deposto; os mais velhos se identificavam com os *antigos combatentes* da guerra de libertação, que apoiava a Junta Militar vitoriosa. E nas tréguas regulares, eles até comiam, descansavam e conversavam uns com os outros, mas logo voltavam a se matar quando a batalha era retomada.

Mais comum ainda são os casos de tensões difusas no interior de um grupo familiar que leva ao rompimento das regras costumeiras de conduta sem que sejam substituídas por um novo acordo. Isto, contudo, não é um atributo exclusivo da cultura política guineense. O conflito entre gerações parece ser a clivagem dominante em quase toda a África contemporânea (Comaroff & Comaroff, 1999, p. 284) e parece estar na raiz das violentas guerras civis que recentemente terminaram na Serra Leoa e Libéria.⁶ Ouvi inúmeras histórias contadas por jovens sobre a moratória social em que viviam na Guiné, impedidos de dar curso pleno ao seu devir social e se tornarem adultos integrais pela falta absoluta de oportunidade para tal, o que inclui condições para ter sua casa, poder casar e ter filhos. Nessas histórias, eram enfatizadas a frustração pela manutenção da dependência com relação aos mais velhos, a falta de recursos destes para lhes prover até mesmo uma pobre compensação pela

morte social antecipada, sob a forma de participações vicárias nas atividades de divertimento e lazer, a crítica à cultura (tradição) como o fator que os impede de avançar (Bordonaro, 2006) e um discurso identitário pessimista sobre a situação dos homens jovens de Bissau e suas desesperanças. Eram histórias cujos enredos tematizavam “os africanos” ou os “guineenses”. Segundo meus interlocutores, os filhos da terra agem de acordo com o coração, diferentemente dos brancos, que agem de acordo com a cabeça. Eles decidem as coisas com o corpo ainda quente, sem esperar o calor abrandar. A despeito da enorme variabilidade por trás das ações concretas, o que faz o agir africano ser distinto é a sua natureza irrefletida, algo que se localizaria entre a resposta automática de um *habitus* fortemente orientado pela emoção e a liberdade da improvisação. Estaria nesse modo de agir os males da Guiné. E a única saída que meus interlocutores vislumbram seria se colocar fora do sistema social, isto é, migrando.

A rotina se dissolve

Além do domínio dos rumores, encontrei evidências do colapso da estrutura que organiza a experiência social nas ações da vida diária das pessoas com quem vivia e convivia. Na realidade, a própria idéia de vida cotidiana deve ser questionada nesse contexto, pois, para muitos guineenses, a vida social não é composta de uma série de atividades rotinizadas ou de procedimentos repetidos diariamente. A organização do tempo em Bissau (se é que há alguma) não segue o curso estabelecido durante o período colonial, quando havia um tempo para o trabalho e um tempo para o descanso.⁷ A maior parte das pessoas não tem uma fonte regular de recursos (muitos até já abandonaram a idéia de procurar por algo assim), e os que a tem estão freqüentemente ausentes, por

várias razões: ou porque não são pagos ou recebem míseros salários, ou porque têm um parente doente ou uma cerimônia fúnebre na família, ou ainda porque simplesmente têm que atender a outros e mais importantes chamados da vida.

Nas tardes longas e quentes de Bissau é comum encontrar pessoas sentadas em rústicos bancos colocados sob a sombra das árvores ou deitadas no chão fresco das estreitas varandas construídas ao redor das casas. Elas estão ali a matar o tempo. Algumas estão engajadas em longas e desinteressadas conversas com os vizinhos, parentes e amigos; outras, devaneando quieta e silenciosamente. Para elas, acordar, comer alguma coisa, sair para o trabalho, voltar para casa e dormir, podem ser tudo menos procedimentos rotinizados. Elas simplesmente não sabem o que vão comer nas próximas horas. Todo dia é uma nova batalha para sobreviver, pois não podem contar muito com instituições como a família e o Estado, nem com a solidariedade dos vizinhos, coetâneos e colegas para fazer face às suas necessidades, desejos e ocasionais impulsos de conseguir algo, o que é chamado de *mistida*. Então, elas têm que improvisar, usando a melhor de suas capacidades para se desembaraçar das dificuldades e obstáculos. Primeiro, elas tentam os velhos e conhecidos caminhos, procurando os parentes e vizinhos para ajudá-las, mas estes usualmente não dispõem de meios para tal. Daí, elas vão procurar socorro nas outras redes de relações às quais estão ligadas. Pode ser um antigo patrão, um conterrâneo, um antigo amante ou uma pessoa influente. O grau de sucesso nessas empreitadas varia muito, indo desde o completo fracasso até o sucesso pleno, quando conseguem se ligar a uma pessoa proeminente que passará a patrociná-lo por algum tempo. Mais comumente, eles ficam a meio caminho, conseguindo trabalhos ocasionais (*surni*) ou promessas de um futuro trabalho. Mas mesmo assim, altos são os riscos de não serem pagos pelo trabalho feito ou das promessas serem vazias, pois aqueles que prometem e contratam estão no

mesmo negócio de improvisar para sair das dificuldades. Finalmente, quando tudo falha por completo, o que pode ser muito freqüente, eles seguem improvisando com um vasto repertório de técnicas, que incluem demandas diretas por doação e redistribuição (*patin* isto, *patin* aquilo), a divisão camarada do pouco que têm, empréstimo, sedução, promessas, mentiras e desculpas inofensivas, exibicionismo e, no extremo, a apropriação por meio de roubos e furtos. Predominam aqui a sagacidade e a esperteza, na ausência de regras seguras a guiar a ação social.

Henrich Vigh (2006) descreveu em detalhes essa forma de conduta entre os jovens de Bissau. Como ele bem notou, *dubria* é a palavra-chave nesse contexto. Ela se refere ao ato de se desenrascar e vencer as dificuldades com o uso da criatividade e da esperteza. É uma forma de navegar o terreno incerto das relações sociais na Guiné-Bissau contemporânea, em que todas as grandes narrativas usadas para colocar as ações sociais e expectativas num quadro de referência mais geral estão desacreditadas: da narrativa colonial à narrativa liberal da sociedade regulada pelo mercado, passando obviamente pela narrativa libertária dos nacionalistas que propunha uma “retorno às fontes” (Cabral, 1973). *Dubria* é uma palavra relativamente nova no crioulo da Guiné. Ela não se encontrava registrada no dicionário de Jean-Louis Rougé (1988), mas mereceu uma entrada no dicionário de Scantamburlo (2002). Eu não me lembro de tê-la ouvido no fim dos anos 80 ou em 1992. Tomada de empréstimo do francês *débrouiller*, a palavra tornou-se um valor, retratando tanto um modo de viver quando um modo de ser nos quais a improvisação substitui as regras. Não mais restrita ao universo da juventude, ela agora habita os corações e mentes de quase todos em Bissau. Todos têm que *dubria* todo dia – analfabetos, desempregados, empresários, ministros, militares, jovens e velhos.

Porém, essa prática tem um sentido especial entre os jovens, *dubria-duris* por excelência. Entre eles, ela parece ser a única rotina disponível.

É um valor em si mesmo e a competência em exercê-la é uma importante fonte de prestígio. Mas o ato de *dubria* entre os jovens vai além de ser um fim em si mesmo. Tristemente, *dubria* pode ser também uma forma de se colocar fora do sistema social, percebido por eles como estando em colapso. Os jovens têm que ser *dubriaduris* para continuar a viver, mas eles só se mantêm vivos para cumprir radicalmente aquilo que acreditam ser a sua sina e esperança: sair do sistema, emigrar para Europa em busca da realização plena de seu devir social.

Ponderando

As impressões geradas pelo visitar o terreno não devem ser tomadas como algo além do que elas de fato são: impressões. Todas as evidências aqui apresentadas sobre o colapso das instituições e o esgotamento das regras da vida pública se referem ao universo criouliizado de Bissau, onde o compromisso historicamente alcançado entre as vertentes civilizatórias européias e africanas para produzir um sistema social terceiro – uma sociedade crioula – passa por mais uma crise, por mais um momento de instabilidade.

A Guiné-Bissau, no entanto, é muito maior do que a sociedade crioula e muito mais diversificada e heterogênea. A vida social nas vilas do interior é certamente muito difícil e nos últimos 20 anos os camponeses guineenses têm experimentado uma crescente vulnerabilidade em razão do declínio econômico. Porém, eles contam ainda com a operação de instituições e práticas tradicionais que funcionam como uma rede de proteção em tempos de incertezas. As redes sociais baseadas no parentesco, as associações e práticas de auto-ajuda, as autoridades tradicionais e os valores associados ao padrão africano de reciprocidade *landlord-stranger* são mecanismos que atuam para amainar a vulnerabilidade da

vida camponesa guineense.⁸ Na realidade, em alguns cantos da Guiné tem mesmo havido uma espécie de revitalização de instituições e formas associativas tradicionais, como as *manjuandadis* e *sociétés* nas áreas manjaco e mancanha, respectivamente, e a criação de novas formas associativas entre os jovens, como os “clubes de desenvolvimento cultural”, através da apropriação transformadora de modelos estrangeiros, num processo que poderia ser chamado de pidginização cultural.⁹

E mesmo quando nos confinamos ao universo urbano, são vários os sinais de vitalidade, como deixa entrever a minha própria descrição do mercado do Bandim, que recebeu nos últimos anos uma leva aparentemente afluyente de comerciantes vindos do leste do país (as áreas muçulmanas da Guiné) e dos países vizinhos. Além disto, a improvisação ainda não atingiu os níveis microscópicos da vida social. As regras básicas que governam as interações sociais permanecem inalteradas, as ocasiões sociais que servem de molduras para os relacionamentos também não mudaram definitivamente. Conforme notaram Probst e Spittler (2004, p. 8), por trás do afro-pessimismo que sugere estar o continente africano desligado da globalização e que da África não se espera mais do que fornecer ao mundo um ou outro atleta de alta performance, artistas e belezas exóticas (naturais e humanas), há uma explosão, especialmente no campo da cultura popular, de vitalidade local e de formas associativas que ganham expressão em várias formas de resistência, apropriação, expansão e auto-asserção (*ibid.*, p. 27). Isto também se verifica na Guiné-Bissau, mas trata-se de uma vitalidade fugidia, que não se institucionaliza, pois está sempre dependente do funcionamento de redes sociais. Diferentemente das associações formais, as redes sociais têm uma natureza mais flexível e, no contexto de esgotamento institucional, até respondem com maior prontidão e eficiência às demandas das pessoas (Lourenço-Lindel, 2001, p. 43). Porém, os mais despossuídos socialmente, como os jovens e as viúvas, além de não poderem participar das

associações, por não possuírem recursos para cumprir suas obrigações e reciprocamente a solidariedade que opera em seu interior, só podem contar com diminutas e pouco operativas redes baseadas no parentesco, que já perdeu muito da natureza corporada que tinha no passado.

Nessa ponderação que antecede as conclusões, devo então localizar com precisão o domínio social que se encontra em colapso e os níveis da vida social em que a improvisação está substituindo as regras. Todas as evidências que apresentei se referem a uma percepção negativa do domínio oficial da vida coletiva. A experiência dos habitantes de Bissau de que as coisas estão se desfazendo aponta, sobretudo, para a essa dimensão tão marcada por instituições formais e práticas regulares, deixando entrever a idéia de que na Guiné o que funciona e que está nos trilhos na Guiné é só o que é informal, não capturado pelas estruturas do Estado e do sistema político.

Concluindo

O que podemos aprender destas impressões superficiais sobre a vida social contemporânea na Guiné, além do fato de que a vida é dura, mais dura em alguns lugares e para algumas pessoas do que em outros? Quais as questões antropológicamente significantes que elas levantam, se é que o fazem?

Acredito que essas impressões ensinam algo sobre as realidades sociológicas dos países da África contemporânea. Em primeiro lugar, se não ajudam a responder, elas pelo menos ajudam a enquadrar melhor a questão do que se passa na Guiné. Afinal, esse colapso das instituições e dos modos de perceber e vivenciar as experiências da vida pública cotidiana é indicador de mudança ou de estagnação? Ao focalizar o conflito e a violência – tanto os de natureza macro como as guerras civis que pipo-

caram na África Ocidental desde meados dos anos 90 como os de natureza micro da vida cotidiana – a questão menos relevante parece ser a que pergunta pelos traços distintivos da violência. Não se trata de buscar explicações causais para o conflito ou colapso do que existe, mas antes de olhar para o que Prunier (1991, p. 13) chamou de economia da violência. Por exemplo, ao analisar os conflitos vivenciados pelos mendes da Serra Leoa, Ferme (2001, pp. 226-227) notou que a erupção de conflitos não sobredetermina os seus resultados e que a violência frequentemente é produtiva, dando vazão a novas formas e idiomas sociais.

Resta averiguar em que medida a guerra de Bissau e os conflitos que a ela se seguiram foram produtivos e geraram novas formas sociais. Nisto sou bastante pessimista. Ao contrário da Libéria, que saiu de dez anos de violentos conflitos com uma mulher na presidência, da Serra Leoa, que procura retomar sua dinâmica social em novas bases, e do conflito na Casamansa, que mesmo antes de ter terminado revitalizou instituições tradicionais de resolução de disputas, os maiores desdobramentos da guerra de Bissau foram a eleição de Kumba Yala, cujo termo caótico foi abreviado por um golpe patrocinado pelos militares que o sustentavam (mas que ainda tem grande cacife político), e a volta, em conturbadas eleições, do mesmo Nino Vieira, deposto com enorme apoio popular ao fim da guerra de Bissau. Parece que na Guiné a violência produziu o mesmo e simplesmente alimentou os velhos dilemas do patrimonialismo local que vive uma série de dilemas desde a independência. Não se trata mais do clássico patrimonialismo em que o líder se apropria dos recursos da sociedade como parte de seu próprio patrimônio e os redistribui aos membros de seu *staff*, em retribuição à lealdade por eles oferecida. Este é um sistema que se funda numa profunda identidade entre o líder e a totalidade da sociedade e opera sem maiores desgastes em unidades políticas que não se expandem demasiadamente e constituídas por grupos corporados de natureza diversa (linhagens, grupos de culto, clas-

ses de idade etc.). Na Guiné pós-colonial, por assim dizer, desapareceram os grupos corporados, mas manteve-se a apropriação privada do patrimônio e sua redistribuição, agora entre as redes fluidas e instáveis formadas pela improvisação e competição entre os atores sociais. Eis o dilema guineense: desapareceram os grupos corporados e os valores associados a eles, mas manteve-se a distribuição patrimonial feita na base da improvisação, da sagacidade e da esperteza.

Deixando o plano substantivo dos Estados pós-coloniais, minhas impressões de viagem também me levam a refletir sobre questões de natureza teórica e geral: como a sociedade é possível? A este respeito, meu primeiro impulso foi cair no seio seguro das velhas explicações, como, por exemplo, recorrer à noção durkheimiana de anomia. Mas um dedo de pensamento me mostrou que isso seria uma explicação muito carregada de valor e, no final, um tanto enganosa. Não estamos frente a um sistema social patológico, essencialmente diferente das “sociedades com saúde”. Afinal, a vida social na Guiné é tão rica e cheia de cores como em outros lugares.

Depois de matutar um pouco mais, reencontrei algumas velhas certezas. A primeira é trivial e quase tautológica, mas que merece ser explicitada por ser tão freqüentemente esquecida. Minhas impressões de viagem me levam a questionar a possibilidade de apreender a dinâmica social por meio de métodos sincrônicos e da análise de processos de curta duração. Uma compreensão mais elaborada do colapso das regras na Guiné vai requerer uma abordagem histórica: o que ali se sucedeu no passado para fazer com que a vida agora seja como é? A segunda certeza reencontrada tem a ver com o fato dessas impressões clamarem por uma teoria social que integre estrutura e prática e que explique o que acontece (e como acontece) quando o pêndulo se movimenta em direção a qualquer uma das extremidades. Por fim, tais impressões me fazem pensar sobre velhas questões ainda não respondidas, que estão no

nascido da antropologia. Como as sociedades nascem e como elas morrem? Como é possível a sociedade, na ausência de regras? Quanto a isto, na falta de uma resposta articulada, vem em meu socorro o meu treinamento prévio na música, o que me faz recomeçar, pois, como músico, muito cedo aprendi que a improvisação livre é uma quimera: improvisamos sempre com esquemas cognitivos e sensoriais no fundo de nossas cabeças e ouvidos.

Adendo

Cerca de seis meses depois de escrito esse texto, uma explosão de violência veio a consumir o que esteve desde sempre profetizado nos rumores. Por volta de oito horas da noite de 1º de março, um domingo quente em Bissau, o general Tagme na Way entrou no quartel-general das Forças Armadas em Bissau, acompanhado por uns poucos ajudantes de ordem. Pouco tempo se passou desde a entrada do militar no edifício e a sua chegada ao gabinete de trabalho. Pois foi neste ínterim que se deu uma violenta explosão que destruiu quase todo o prédio. Uma potente bomba havia sido colocada horas antes embaixo das escadas que levam ao andar do gabinete do general. Seu corpo foi esfacelado pela explosão, bem como o de alguns de seus auxiliares. Dias antes, no meio militar circulavam rumores sobre um poderoso artefato que teria vindo de barco de Conacri para Bissau. Infelizmente, para o general, não houve tempo de confirmar a veracidade dessas histórias nem de localizar a bomba.

Os rumores são como bombas, tanto no seu modo de transmissão como na sua composição. Eles as têm como ícones. Assim como elas lançam destroços para todos os cantos quando explodem, eles, por causa de sua estrutura aberta de transmissão, se disseminam fazendo explodir as possibilidades de determinação de suas personagens. Como a bom-

ba que matou o general, os rumores sobre a sua existência também revelavam uma explosão de possíveis responsáveis e de suas possíveis motivações. Contudo, não demorou muito para que essas múltiplas possibilidades convergissem para uma única e óbvia direção. Tão rápido quanto se espalhou a notícia do atentado e da morte de Tagme na Way, se disseminou a verdade dos rumores sobre o autor intelectual do atentado: o Presidente Nino Vieira.

A resposta, orientada pelo sistema da *torna boka* (cf. Trajano Filho, 1998, pp. 548-552), veio num átimo. Tudo o que se segue é baseado na *rádio boca-a-boca* dos rumores, mesmo que tenham sido notícias coletadas pelos *banoberus* (jornalistas-fofoqueiros) profissionais. Tão logo a notícia da morte do general chegou ao quartel de Mansoa, a cerca de 40 quilômetros de Bissau, um comando militar de rápida intervenção se preparou para agir segundo instruções dadas anteriormente pelo próprio Tagme na Way. Trata-se de uma unidade militar formada basicamente por oficiais e soldados balantas, a mesma etnia do general assassinado. Dias mais tarde, recontando os eventos, os rumores e a *rádio boca-a-boca* chegaram a noticiar que deste comando participara ativamente um major médico balanta que tinha braço amputado ou inutilizado em consequência das torturas feitas a mando de Nino em meados dos anos 80, quando da suposta tentativa de golpe contra o presidente dado pelo comandante balanta Paulo Correia.

Armado com fuzis automáticos, lança-foguetes e catanas, o comando balanta se deslocou para Bissau. Por volta das quatro horas da madrugada do dia 2 de março, apenas oito horas após o assassinato do chefe do Estado-maior, os militares vindos de Mansoa atacaram a residência do presidente no centro de Bissau (noto que desde a saída de Kumba Yala o palácio presidencial encontrava-se vazio, semidestruído pelos conflitos que depuseram Nino em 1999). A proteção oferecida pela milícia particular de Nino foi de pouca valia; os remanescentes dos *agüenta*

fugiram sem oferecer grande resistência. O presidente teria sido avisado por diplomatas angolanos da vinda do comando, mas por razões inescrutáveis resolvera não abandonar sua residência. Tempo houve para tal, pois em meio ao tiroteio que se seguiu à chegada do comando, a mulher de Nino conseguiu se refugiar na embaixada angolana. Isolado com uns poucos assistentes, Nino foi assassinado por volta das 5 horas da madrugada e logo no início da manhã sua casa foi saqueada por militares e pela gente comum de Bissau. Seu corpo foi encontrado com três perfurações de bala e com vários cortes profundos na cabeça e no tronco. As marcas das catanas eram claras. Só não se sabe ao certo é se ele foi morto a bala antes de ter o corpo mutilado pelas lâminas ou se estava vivo quando recebeu os golpes. Diz a *rádio boca-a-boca* que o major-médico balanta teve papel de destaque no uso da catana (tanto a versão oral dos rumores, como as formas inscritas dos jornalistas europeus, que adoram ressaltar o exótico dos acontecimentos em África, pois isto lhes dá uma certeza infame de sua superioridade).

Dois meses antes de seu assassinato, o general Tagme na Way havia anunciado ter sido vítima de uma tentativa de assassinato feita por gente ligada ao presidente Nino Vieira em meio a uma misteriosa disputa pelo controle de um avião detido no aeroporto de Bissau abarrotado com cocaína vinda da Colômbia. Mas muito antes ele teria declarado, atestam os rumores, que os destinos dele e de Nino estavam irremediavelmente atados, que se ele morresse num dia, Nino morreria no dia seguinte. Rivalidades étnicas e no tráfico de drogas organizado pelos cartéis colombianos, promessas públicas de ajustes de contas, sentimentos de vingança causados por torturas sofridas e outras formas de violência interpessoais e disputas difusas promovidas por uma cultura política caracterizada pela ausência de balizamentos morais e pela manifestação robusta da ação improvisada, tudo isto faz dos rumores sobre a relação entre o presidente Nino Vieira e o general Tagme na Way uma profecia

consumada, na qual as regras (como formas de controle sobre a ação das pessoas) atuam, quando muito, para sacramentar a violência não produtiva, que só faz reproduzir a perversa fórmula “mais do mesmo” ou exaltar a repetição da improvisação pouco criativa sobre o mote “olho por olho...”.

Notas

- ¹ Ver como exemplos da tendência a uma abordagem processual e transacionalista os trabalhos de Epstein (1958), Barth (1959, 1966), van Velsen (1964), Bailey (1969), Mitchell (1969) e Kapferer (1976).
- ² A versão extremada de um individualismo metodológico que quase dispensa a noção de sociedade não é muito comum na antropologia, *pace* alguns interacionistas simbólicos. Por outro lado, a obsessão com as subjetividades e com os processos identitários abunda na prática antropológica dos últimos trinta anos. Na etnologia africana, Stoller (1989) é um militante dessa tendência.
- ³ Como exemplos, ver o já clássico estudo de Galli & Jones (1987) e o recente relatório de Boubacar-Sid, Creppy, Gacitua-Mario e Wodon (2007).
- ⁴ A associação entre crise social, desconfiança nos canais oficiais de comunicação e rumores está presente na maioria dos estudos sobre o fenômeno. Ver, por exemplo, Peterson & Gist (1951), Shibutani (1966) e Rosnow (1980).
- ⁵ Não são poucas as influentes famílias crioulas cujos membros adultos se filiam a diferentes partidos políticos, de modo a se manter, como corpo, em posições estratégicas qualquer que seja o resultado momentâneo do jogo político. Também não são raras as ocasiões em que essa tática falha e a economia dos afetos entra em crise.
- ⁶ Sobre a juventude na África contemporânea, ver de Waal e Argenti (2002) e Honwana e de Boeck (2005). Ver ainda Richards (1996) sobre a guerra na Serra Leoa e Murphy (2003) sobre o patrimonialismo e o uso de soldados crianças nesses conflitos africanos recentes.
- ⁷ À guisa de compração, ver o interessante trabalho de Martin (1995) sobre a regulação do tempo durante o período colonial em Brazzaville.

- ⁸ Sobre a reciprocidade *landlord-stranger* ver Dorjahn & Fyfe (1962) e Brooks (1993). Sobre o papel das redes sociais na diminuição da vulnerabilidade nas comunidades do interior, vale lembrar que os cerca de quatrocentos mil refugiados que se deslocaram para o interior durante a guerra de Bissau só não viveram uma tragédia sem proporções graças às redes de soledariedade que entraram em funcionamento no período no mato. Nesse momento, instituições formais de ajuda como o PAM se mostraram inoperantes. A este respeito ver Tin (2002) e Trajano Filho (2007). Gacitua-Mario, Aasland, Nordang e Wodon (2007, p. 35) mostram, entretanto, que mesmo as instituições tradicionais da vida camponesa são objetos de desconfiança entre os guineenses que vivem no interior.
- ⁹ Ver Gable (2000) sobre os clubes de desenvolvimento cultural entre os manjacos. Jao (1992) trata das *sociétés* mancanhas. Sobre as *manjuandadis* e sua revitalização nas comunidades do interior ver Trajano Filho (1998, cap. 4) e Gacitua-Mario, Aasland, Nordang e Wodon (2007, p. 33).

Bibliografia

- AGUILAR, R.; MONTEIRO, H.; DUARTE, A.
2001 *Bandim: Subsídios para uma política de apoio ao pequeno negócio*, Bissau, INEP.
- ANDERSON, B.
1983 *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*, London, Verso.
- BAILEY, F. G.
1969 *Stratagems and Spoils: A social anthropology of politics*, Oxford, Basil Blackwell.
- BARTH, F.
1959 *Political leadership among Swat Pathans*, New York, The Althone Press.
1966 *Models of Socxial Organization*, London, Royal Anthropological Institute, Occasional Papers n° 23.

BORDONARO, L. I.

2006 *Living at the margins: Youth and modernity in the Bijagó islands (Guinea-Bissau)*,
Doctoral Dissertation, ISCTE, Lisbon.

BOUBACAR-SID, B.; CREPPY, E. G. E.; GACITUA-MARIO, E.; WODON, Q. (eds.)

2007 *Conflict, livelihoods, and poverty in Guinea-Bissau*, Washington, World Bank
Working Paper nº 88.

BOURDIEU, P.

1977 *Outline of a theory of practice*, Cambridge, Cambridge University Press.

1992 *The logic of practices*, Stanford, Stanford University Press.

BROOKS, G. E.

1993 *Landlords & Strangers: Ecology, society and trade in Western Africa, 1000-1630*,
Boulder, Westview Press.

CABRAL, A.

1973 *Return to the source: Selected speeches of Amilcar Cabral*, New York, Monthly
Review Press.

COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J.

1999 "Occult economies and the violence of abstraction: Notes from the South
African postcolony", *American Ethnologist*, 26(2): 279-303.

DE CERTEAU, M.

1988 *The practice of everyday life*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

DE WAAL, A.; ARGENTI, N.

2002 *Young Africa: Realising the rights of children and youth*, Trenton, Africa World
Press.

DORJAHN, R. V.; FYFE C.

1962 "Landlord and stranger: Change in tenancy relations in Sierra Leone", *Journal of
African History*, 3(3): 391-397.

- EPSTEIN, A. L.
1958 *Politics in an urban African community*, Manchester, Manchester University Press.
- FERME, M.
2001 *The underneath of things: Violence, history, and the everyday in Sierra Leone*, Berkeley, The University of California Press.
- FIRTH, R.
1951 *Elements of social organization*, London, Watts.
- GABLE, E.
2000 "The culture development club: Youth, neo-tradition, and the construction of Society in Guinea-Bissau", *Anthropological Quarterly*, 73 (4): 195-203.
- GACITUA-MARIO, E.; AASLAND, S.; NORDANG, H.; WODON, Q.
2007 "Institutions, social networks, and conflicts in Guinea-Bissau", in BOUBA-CAR-SID, B.; CREPPY, E. G. E.; GACITUA-MARIO, E.; WODON, Q. (eds.), *Conflict, livelihoods, and poverty in Guinea-Bissau*, Washington, World Bank Working Paper nº 88.
- GALLI, R. E.; JONES, J.
1987 *Guinea-Bissau: Politics, economy and society*, London, Frances Pinter.
- GIDDENS, A.
1979 *Central problems in social theory: Action, structure and contradiction in social analysis*, London, Macmillan.
1984 *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*, Berkeley, California University Press.
- HONWANA, A.; DE BOECK, F. (eds.)
2005 *Makers & Breakers: Children & youth in postcolonial Africa*, Oxford, James Currey.
- JAO, M.
1992 "Aspectos da vida social dos Mancanhas: a cerimónia do Ulém", *Soronda*, 13: 59-66.

- JENKINS, R.
1993 *Pierre Bourdieu*, London, Routledge.
- KAPFERER, B. (ed.)
1976 *Transaction and meaning: Directions in the anthropology of exchange and symbolic behavior*, Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues.
- KING, A.
2000 “Thinking with Bourdieu against Bourdieu: A ‘practical’ critique of the habitus”, *Sociological Theory*, 18(3): 417-433.
- LEACH, E.
1954 *Political systems of highland Burma: A study of kachin social structure*, London, Athlone Press.
- LOURENÇO-LINDEL, I.
2001 “Social networks and urban vulnerability to hunger”, in TOSTENSEN, A.; TVEDTEN; VAA, M. (eds.), *Associational life in African cities: Popular responses to the urban crisis*, Stockholm, Nordiska Afrikainstitutet.
- MALINOWSKI, B.
1984 [1922] *Argonauts of the Western Pacific: An account of the native enterprise and adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea*. Propect Heights, Ill., Waveland Press.
- MARTIN, P. M.
1995 *Leisure and society in colonial Brazzaville*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MITCHELL, J.-C. (ed.)
1969 *Social networks in urban situations: Analyses of personal relationships in Central African towns*, Manchester, Manchester University Press.
- MURPHY, W.
2003 “Military patrimonialism and child soldier clientalism in the Liberian and Sierra Leonean civil wars”, *African Studies Review*, 46(2): 61-87.

ORTNER, S.

1984 "Theory in anthropology since the sixties", *Comparative Studies in Society and History*, 26(1): 126-166.

PETERSON, W. A.; GIST, N. P.

1951 "Rumor and public opinion", *American Journal of Sociology*, 57(2): 159-167.

PROBST, P.; SPITTLER, G.

2004 "From na anthropology of astonishment to a critique of anthropology's common sense: Na exploration of the notion of local vitality in Africa", in PROBST, P.; SPITTLER, G. (eds.), *Between Resistance and expansion: Explorations of local vitality in Africa*, Münster, LIT Verlag.

PRUNIER, G.

1991 "Violence et pouvoir en Afrique", *Politique Africaine*, 42: 9-14.

RICHARDS, P.

1996 *Fighting for the rain forest: War, youth & resources in Sierra Leone*, Oxford, International African Institute.

ROSNOW, R.L.

1980 "Psychology of rumor reconsidered", *Psychological Bulletin*, 87(3): 578-591.

ROUGÉ, J.-L.

1988 *Petit dictionnaire etymologique du Kriol*, Bissau, INEP.

SAHLINS, M.

1985 *Islands of history*, Chicago, The University of Chicago Press.

SCANTAMBURLO, L.

2002 *Dicionário do Guineense*, Bubaque, FASPEBI.

SHIBUTANI, T.

1966 *Improvised news: A sociological study of rumor*, Indianápolis, Bobbs-Merrill Company.

STOLLER, P.

1989 *The taste of ethnographic things*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

TIN, H.

2002 “O benefício do fracasso: PAM, ajuda alimentar e sobrevivência local na Guiné-Bissau, 1998-1999”, *Soronda*, NS 3: 77-146.

TRAJANO FILHO, W.

1998 *Polymorphic Creolehood: The “Creole Society” of Guinea-Bissau*, Doctoral Dissertation, University of Pennsylvania.

2002 “Narratives of national identity in the web”, *Etnográfica*, 6(1): 141-158.

2007 “A cooperação internacional e a consciência infeliz: O caso da Guiné-Bissau”, in SLIVA, K. C.; SIMIÃO, D. S. (orgs.), *Timor-Leste por trás do palco: Cooperação internacional e a dialética da formação do estado*, Belo Horizonte, Ed. UFMG.

VAN VELSEN, J.

1964 *The politics of kinship: A study in social manipulation among the lakeside Tonga of Nyasaland*. Manchester: Manchester University Press.

VIGH, H.

2006 *Navigating terrains of war: Youth and soldiering in Guinea Bissau*, New York, Berghahn Books.

ABSTRACT: This paper deals with the tension that exists between social rules that orient people's conduct and creative improvisation in a social situation characterized by extreme political instability, economic stagnation and generalized crisis of social institutions. The ethnographic situation under scrutiny is a small West African country named Guinea-Bissau. The analysis focuses on the way people frame their everyday social experiences. The data analyzed come mainly from the rumors that chronicle social life in Bissau. The central issue that I examine is what happens when the precarious equilibrium between social rules and improvisation is dramatically disturbed and when improvisation replaces rules. What happens to society and to its members when this tension, which is constitutive of social dynamics, smelts in the air?

KEY-WORDS: social rules, improvisation, rumors, Guinea-Bissau.

Recebido em agosto de 2008. Aceito em dezembro de 2008.